



# **A CONSTRUÇÃO DO PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO DO ALUNO SURDO COM COMPROMETIMENTOS NO CAP/INES**

DORA VIEIRA DA COSTA  
FLAVIA DE ABREU MARQUES  
KEILA FERREIRA DA SILVA

## INTRODUÇÃO

A inclusão em educação é um processo permanente de vivência e experiências que possibilitem a equidade de oportunidades para todos em uma sociedade ainda excludente (SANTOS, 2014, p. 8).

A escola, em toda a sua trajetória, não tem neutralidade política nem social: ela sempre serviu aos desejos hegemônicos da sociedade na qual estava inserida. Por muitos anos segregou e colocou à margem do direito à educação as pessoas ditas diferentes, com imposição de normas, regras e diretrizes curriculares que muitas vezes não levam em consideração a realidade da comunidade escolar. Para uma aprendizagem significativa, é premente a revisão da função da escola na vida do educando – que não seja somente um local de aprendizado de conteúdos. A diversidade cultural e social encontrada na escola deve ser

## RESUMO

Neste artigo, as autoras propõem uma reflexão acerca da necessidade de repensar e até ressignificar o ambiente escolar, tornando-o agregador e, de fato, inclusivo. Apesar de leis e documentos que garantem o direito à educação para todos, ainda é possível encontrar barreiras que precisam ser desmistificadas. Também é preciso assegurar um currículo escolar acessível, que leve em consideração as necessidades individuais do educando. Considerando isso, o presente estudo, resultado de um trabalho conjunto e de muito esforço em prol do desenvolvimento acadêmico e social do aluno surdo com necessidades educacionais especiais, descreve as etapas de construção do Plano Educacional Individualizado (PEI) no Colégio de Aplicação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (CAp/INES).

**Palavras-chave:** Inclusão. Educação de Surdos. Adequações curriculares.

### DORA VIEIRA DA COSTA

Professora de Educação Especial da FAETEC-RJ; professora Mediadora do INES-RJ; mestranda em Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (UFF); pós-graduada em Psicopedagogia pela Unicarioca; pós-graduada em Gestão em Novas Tecnologias Aplicadas à Educação pelo IST-RJ (FAETEC); graduada em Pedagogia Bilíngue pelo DESU/INES-RJ.

### FLAVIA DE ABREU MARQUES

Professora Regente de Sala de Recursos da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro; professora mediadora do INES-RJ, Mestranda em Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Graduada em Pedagogia Bilíngue pelo DESU/INES-RJ.

### KEILA FERREIRA DA SILVA

Professora Regente do Colégio MOPI, Professora Mediadora do INES-RJ, Pós-graduada em Educação Especial pela Universidade Gama Filho, Graduada em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá-RJ.

aproveitada em favor da aprendizagem. Muitas lutas e reivindicações foram travadas para que, legalmente, o direito à educação fosse universal e o princípio da equidade fosse discutido e implementado. Isso aconteceu principalmente após a Declaração de Salamanca (1998), que proclamou que o direito à educação deve respeitar a diversidade humana e as especificidades educacionais individuais de cada estudante:

[...] crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro dessas necessidades [...]

No Brasil, outras leis também emergiram para garantir ao aluno com necessidades educacionais especiais o direito a ser incluído em classes regulares (BRASIL, 1996, 2001, 2009, 2015).

Mas mesmo com a criação dessas políticas públicas, ainda existem entraves que dificultam e até impedem a inclusão escolar desses alunos, os quais se apresentam também como desafios para os educadores.

Com o objetivo de superar essa situação e assegurar um ambiente educacional inclusivo, a equipe de professores-mediadores, em parceria com a coordenação pedagógica do Colégio de Aplicação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (CAp/INES), redigiu um documento que visa a tornar o currículo acessível: o Plano Educacional Individualizado (PEI).

Para o INES, pensar na inclusão é refletir sobre a inserção de alunos surdos com comprometimentos na cultura sócio-escolar, levando em consideração a cultura vigente e os modos de transformá-la para melhor atender às necessidades desse público.

A proposta do PEI é uma reflexão sobre uma nova forma de encararmos o processo de inclusão não apenas educacional desses alunos, no sentido pedagógico mais estrito do termo, mas em seu desenvolvimento como indivíduo em si mesmo e na sua participação na sociedade escolar.

Assim, neste artigo, as autoras apresentam os desafios e as conquistas na construção/aplicação do PEI no CAp/INES.

## **OBJETIVOS**

### **GERAL**

- Considerar a importância das adequações curriculares para uma aprendizagem significativa.

### **ESPECÍFICOS**

- Apresentar o modelo de PEI adotado no INES.
- Apresentar as etapas de construção do PEI para os alunos incluídos no CAp/INES.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O INES é uma escola centenária e de referência nacional na educação de surdos. Com o aumento da demanda de alunos surdos com comprometimentos

e a necessidade da inclusão impulsionada também pelas legislações vigentes, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (BRASIL, 2015), o INES criou o primeiro processo seletivo para contratação temporária de professores-mediadores. Esses profissionais são formados em Pedagogia, com especialização na área de Educação Especial, e aptos para garantir a execução do processo de inclusão educacional, objetivando, na medida do possível, a futura autonomia e independência no ambiente escolar desses alunos.

Após o ingresso dos alunos surdos com comprometimentos no CAP/INES, o Departamento de Educação Básica (DEBASI) optou por oferecer palestras e cursos de formação para debater com o corpo docente, e demais funcionários da instituição, as demandas e necessidades de adequações curriculares individuais desse público específico. Ao longo do período letivo de implementação, o grupo de professoras-mediadoras realizou diversos estudos buscando o aprofundamento na proposta pedagógica da instituição. Focado no processo educacional, o grupo debruçou-se na pesquisa sobre as adequações curriculares e sua importância no processo educacional inclusivo.

Neste artigo, as autoras optaram por tratar de adequações curriculares em vez de adaptações curriculares. A maioria dos autores prefere o termo *adaptações*, no entanto as autoras deste estudo acreditam que adaptar é transformar algo que

está pronto e que, portanto, não foi planejado para tal. Já a palavra *adequação* remete a algo que foi pensado anteriormente, ou seja, criado para aquele fim.

Por essa razão, entende-se neste artigo *adequações curriculares* como uma medida de resoluções voltadas para moldar a resposta educativa dos alunos com necessidades educacionais especiais às suas características, oportunizando assim o acesso ao ensino e à cultura.

Por adequações curriculares, entende-se:

[...] modificações organizativas, nos objetivos e conteúdos, nas metodologias e na organização do tempo e na filosofia e estratégias de avaliação, permitindo o atendimento às necessidades educativas de todos os alunos, em relação à construção do conhecimento. (OLIVEIRA & MACHADO, apud, GLAT, 2007).

Pensar em adequações curriculares para o projeto de inclusão do INES é reestruturar o atual processo educacional e entender que os alunos precisam ser vistos em sua individualidade e avaliados em suas possibilidades e suas competências.

Com uma concepção mais pedagógica do que reabilitadora, as adequações curriculares estão no mesmo patamar do planejamento curricular, por isso têm componentes similares, como objetivos, metodologias, conteúdos etc.

A adequação curricular de maneira individualizada se torna um elemento de resposta à diversidade encontrada em sala de aula e tem como objetivo moldar o currículo conforme a necessidade educativa de cada aluno, construindo um currículo sob medida sem criar um

currículo paralelo, já que é feito em cima do planejamento de seu ano de escolaridade e/ou grupo.

Desse modo, para construção do PEI no CAP/INES, iniciamos estudos mais aprofundados, analisando previamente leis, documentos e modelos disponibilizados por várias prefeituras do Rio de Janeiro, bem como textos acadêmicos, de maneira a refletir objetivos, estratégias, avaliações e todas as peculiaridades para sua composição. O PEI é um documento recente no Brasil, mas um método antigo nos Estados Unidos e em outros países da Europa.

Para implementação do PEI, professoras-mediadoras analisaram as potencialidades dos discentes de modo a compor um perfil com habilidades, dificuldades e interesses, criando, então, outro documento, que antecede o PEI: o Perfil do Aluno (ver Anexo 1). Esse documento foi desenvolvido para facilitar e orientar a composição do PEI, já que para os outros profissionais o preenchimento ainda era um pouco complexo. Por fim, o PEI (ver Anexo 2) apresenta os seguintes campos para preenchimento: 1) Identificação: segmento, nome do aluno, equipe de elaboração, período de vigência, ano de escolaridade; 2) Áreas e Habilidades; 3) Objetivos; 4) Recursos Didáticos; e 5) Avaliação.

Entre as aptidões também estão abrangidas as prontidões acadêmicas, sociais, psicomotoras, linguísticas e as diferentes linguagens da arte, daí a necessidade da construção coletiva por parte dos docentes, uma vez que o INES conta com um ensino que contempla na

Educação Infantil não só os componentes curriculares básicos, mas também Artes, Libras e Educação Física.

Para Vygotsky (1984), a maior significação do desenvolvimento humano intelectual acontece quando a fala e a atividade prática estão juntas. Assim, o documento em questão foi criado e delimitado para o público-alvo da instituição, respeitando sua diversidade linguística e identitária, e destacando a importância da Libras para a aprendizagem e o desenvolvimento global do sujeito surdo.

Com base nesse entendimento, o PEI fornece ao discente adequação e acessibilidade aos conteúdos curriculares condizentes a sua etapa de escolaridade, levando em conta aquilo que ele pode alcançar sem desprestigiar o currículo, explicitando como determinados conteúdos podem ser adquiridos e quais ferramentas podem ser utilizadas para que a aprendizagem aconteça. Ao longo do processo de inclusão, a forma de avaliação dos alunos inclusos se dava de forma processual e o registro do desenvolvimento era bimestral, através de relatórios descritivos confeccionados pelas professoras-mediadoras com os demais professores que atendem o aluno. Para Perrenoud (1998), a perspectiva descritiva permite dar conta das práticas correntes de avaliação contínua sob o ângulo da contribuição almejada ou efetiva para a regulação das aprendizagens durante o ano. Dessa maneira, optou-se por uma avaliação formativa e contínua, acreditando-se que esse tipo de avaliação privilegia

a evolução da aprendizagem sob o olhar das competências individuais do aluno, e não fazendo alusão a normas e comparações com o outro. A base para isso está nos direitos previstos nas legislações nacionais vigentes, como a LBI, que discorre sobre o Direito à Educação das Pessoas com Deficiência e, em seu artigo 28, remete ao assunto com a seguinte redação (BRASIL, 2015):

[...] I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva; [...]

Sem diferença não há educação, e a escola, para educar, precisa colocar o ensino sob suspeita (MACEDO, 2012). Assim, de maneira qualitativa, pretende-se atentar para a especificidade e a subjetividade desses alunos. Após a finalização do modelo do PEI, foram realizadas reuniões com a equipe que atende os discentes — professores regentes, de artes, de educação física e mediadores —, trazendo também os coordenadores do DEBASI para a confecção do documento de cada aluno incluído.

Por conta de sua relevância tanto para o processo de inclusão dos alunos surdos com comprometimentos, quanto para a instituição cuja referência é nacional, esse documento se torna um marco, na medida em que possibilita a inclusão desse aluno com todas as adequações necessárias para sua formação acadêmica, emocional e social.

## **METODOLOGIA**

Este estudo foi realizado com base na metodologia da pesquisa qualitativa, na perspectiva do grupo focal. Visto que toda a investigação suscitou em reflexões, diálogos e questionamentos de forma democrática e participativa, na qual os participantes envolvidos contribuíram ativamente para a sistematização e a organização do documento.



O grupo focal não é um agregado conveniente de opiniões individuais, mas uma simulação desses contextos comunicativos rotineiros, mas relativamente inacessíveis que nos ajudam a descobrir os processos através dos quais o sentido é socialmente construído através da fala cotidiana. (LUNT & LIVINGSTONE, 1996, apud, MARQUES & ROCHA, p. 2)

Ao longo de um ano, foram muitos momentos de reflexões coletivas, abordando as práticas existentes e as novas possibilidades de aprendizagem. Após reflexões e análises das vivências experimentadas, com o ingresso dos alunos surdos com comprometimentos no CAP/INES, surgiu, então, a necessidade de elaborar o PEI, no intuito de possibilitar a superação das lacunas existentes no atendimento ao aluno e na prática docente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Reconhecer as barreiras que impossibilitam o desenvolvimento do aluno surdo com comprometimentos é essencial para a implementação da inclusão, bem como reconhecer dificuldades do corpo docente em lidar com as diferentes formas de aprender e ensinar. A escola inclusiva é o local onde todos têm oportunidade de aprender conforme suas habilidades, seus ritmos e suas heterogeneidades. Espera-se que o Plano Educacional Individualizado (PEI) tenha contribuído para a criação de condições que favoreçam a aprendizagem desse alunado.

Adequações curriculares como o PEI são ferramentas que favorecem a

aprendizagem significativa e minimizam as barreiras educacionais para os alunos com necessidades específicas de aprendizagem.

A presença desses alunos em todos os espaços do INES trouxe inquietações aos profissionais e, principalmente, fez refletir sobre as mudanças necessárias para uma inclusão verdadeiramente eficaz. Tal fato parece ter tornado o ambiente escolar mais rico em experiências e estímulos que favorecem a aprendizagem, o respeito e o cuidado com o outro, ratificando a consciência de valores humanos e solidários para todos os alunos e para o corpo docente, fator primordial para o desenvolvimento de uma sociedade democrática e inclusiva. A diversidade cultural e social que emerge dentro da escola é uma vantagem pedagógica (FERREIRO apud CANDAU, 2009, p. 10) que deve ser levada a cabo para ressignificar o saber, e a forma como ele é visto e concebido. São vários sujeitos aprendentes que trazem consigo uma bagagem de experiências individuais e, na convivência com o outro, criam novas expectativas sociais, culturais e educacionais. Não se trata apenas dos discentes, mas de todo o corpo escolar.

Como a inclusão é um processo contínuo, ainda não há resultados concretos do primeiro PEI; verificação dos resultados alcançados acontecerá ao término do ano letivo de 2019. O documento de cada aluno está em vigência, as adequações estão sendo feitas e as respostas estão sendo dadas pelos visíveis ganhos no desenvolvimento social e educacional dos alunos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 7 jul. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 6 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica*. Brasília: MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. 2. ed. Brasília: Corde, 1997.

CANDAU, V. (Org.). *Didática: questões contemporâneas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Força & Ação, 2009.

Ministério da Educação. Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Modalidade Educação Especial. Brasília, DF, 2009.

GLAT, R. (Org.). *Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

GLAT, R.; VIANNA, M. M.; REDIG, A. G. *Plano educacional individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente*. Disponível em: <[http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/images/pdf/GLAT\\_VIANNA\\_REDIG\\_ArtigoSemperiodicos\\_2012.pdf](http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/images/pdf/GLAT_VIANNA_REDIG_ArtigoSemperiodicos_2012.pdf)>. Acesso em: 1 nov. 2017.

MACEDO, E. Currículo e conhecimento: aproximações entre educação e ensino. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, v. 42, p. 716-737, 2012.

MARQUES, A. C. S.; ROCHA, S.M. A produção de sentidos nos contextos de recepção: em foco o grupo focal. Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação – Campós. Bauru: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 06 a 09 de junho, 2006.

OLIVEIRA, E. de. e MACHADO, K. da S. Adaptações curriculares: caminho para uma Educação Inclusiva. In: GLAT, R. (Org.). *Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

PERRENOUD, P. *Avaliação da excelência à regularização das aprendizagens: entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOS, M. P. dos; PAULINO, M, M. (Orgs.). *Inclusão em Educação: culturas, políticas e práticas*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

VYGOTSKY, L. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.



## ANEXO 1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA  
DEBASI

Rua das Laranjeiras, 232 – Laranjeiras – CEP 22240-001 – Rio de Janeiro – RJ

### PERFIL DOS ALUNOS MEDIADOS

Aluno: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Série/Turma: \_\_\_\_\_

Habilidades:	Potencialidades	Dificuldades	Interesses
<b>Acadêmicas</b> (habilidades que constam no planejamento curricular da turma, no qual o aluno está incluído)			
<b>Sociais</b> (atitudes, comportamentos e regras de convenção social)			
<b>Psicomotoras</b> (coordenação motora, equilíbrio, lateralidade, orientação espacial, coordenação visomotora, postura, locomoção, etc)			
<b>Diferentes linguagens da arte</b> (atividades de artes visuais e/ou artes cênicas)			
<b>Linguísticas</b> (aquisição da Libras como L1, Português como L2, expressão corporal e facial, etc)			
<b>Práticas</b> (interpretação de comandos, seguir instruções, organização do local das atividades, etc)			

## ANEXO 2



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA  
DEBASI

Rua das Laranjeiras, 232 – Laranjeiras – CEP 22240-001 – Rio de Janeiro – RJ

### PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI)

SEGMENTO:	PERÍODO DE VIGÊNCIA:
ALUNO:	ANO DE ESCOLARIDADE/TURMA:
EQUIPE DE ELABORAÇÃO:	

ÁREAS E HABILIDADE	OBJETIVO	METODOLOGIA E RECURSOS DIDÁTICOS	AValiação (Registro de situações significativas no desenvolvimento)
<b>1.Habilidades acadêmicas</b> habilidades que constam no planejamento curricular da turma, no qual o aluno está incluído			
<b>2.Habilidades sociais</b> atitudes, comportamentos e regras de convenção social			
<b>3.Habilidades psicomotoras</b> coordenação motora, equilíbrio, lateralidade, orientação espacial, coordenação visomotora, postura, locomoção, etc.			
<b>4.Habilidades nas diferentes linguagens da arte</b> atividades de artes visuais e/ou artes cênicas			
<b>5.Habilidades linguísticas</b> aquisição da Libras como L1, Português como L2, expressão corporal e facial, etc.			
<b>6. Habilidades práticas</b> interpretação de comandos, seguir instruções, organização do local das atividades, etc.			
<b>OBSERVAÇÕES:</b>			

**DIVULGAÇÃO**

# CONHEÇA E BAIXE AS PUBLICAÇÕES DO INES EM

[www.ines.gov.br/publicacoes](http://www.ines.gov.br/publicacoes)

**INES**  
Instituto Nacional de  
Educação de Surdos

